

- Observatório de Política Externa Brasileira -
Nº 139

27/07/07 a 02/08/07

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira é um projeto de informação semanal da Graduação em Relações Internacionais, e um dos trabalhos executados pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro De Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, *campus* de Franca.

Trata-se de uma resenha a respeito das notícias que têm por tema central a política externa brasileira e que foram veiculadas nos periódicos: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*.

Equipe de redação e revisão: **Suzeley Kalil Mathias** (coordenação), **André Cavaller Guzzi** (mestrando em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP –, bolsista FAPESP e redator responsável), **Flávio Augusto Lira Nascimento** (mestrando em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP – e bolsista CAPES), **Felipe dos Santos** (graduando em Relações internacionais – UNESP), **Juliana Alves da Costa** (graduanda em Relações internacionais – UNESP), **Juliana Yumi Aoki** (graduanda em Relações internacionais – UNESP), **Leonardo Ulian Dall Evedove** (mestrando em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP), **Lisandra Crosara** (graduanda em Relações internacionais – UNESP) e **Renata Avelar Giannini** (mestranda em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP – e bolsista CAPES).

Brasil teve vitória contra EUA na OMC

A Organização Mundial do Comércio (OMC) deu parecer favorável ao Brasil, em disputa contra os Estados Unidos. A Organização entregou aos representantes de ambos os países um documento preliminar no qual analisava as acusações de que os subsídios do país norte-americano a seus produtores de algodão prejudicam os produtores brasileiros. O Itamaraty preferiu não se manifestar oficialmente, afirmando que apenas será uma vitória quando o relatório final for disponibilizado, em outubro de 2007. O subsecretário para Assuntos Econômicos e Tecnológicos do Itamaraty, Roberto Azevedo, afirmou por sua vez, que a diplomacia brasileira recebeu com contentamento o relatório parcial da OMC. Segundo Azevedo, caso o relatório final seja favorável ao Brasil, o governo deverá pedir o direito de retaliação, um valor aproximado de US\$ 4 bilhões. A expectativa do governo brasileiro é de que, sendo bem sucedido no caso do algodão, possa

haver a quebra de subsídios em outras áreas da agricultura dos EUA, que utilizariam o mesmo sistema de auxílio. Esta foi a terceira vitória brasileira na OMC desde 2005, quando o painel foi aberto. A perspectiva é de que o caso se prolongue até 2008, visto que, tanto os Estados Unidos quanto o Brasil terão direito a recorrer da decisão após a apresentação do relatório final (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 28/07/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 27/07/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 28/07/2007; O Globo – Economia – 28/07/2007).

China apóia Brasil nas negociações de Doha

Os representantes chineses defenderam a posição de Brasil, Argentina, África do Sul e outros países emergentes, em reunião de negociação da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), ocorrida no dia 26 de julho. O grupo de países liderado pelo Brasil mostrou-se contrário à proposta aprovada pela OMC, de corte de 60% nas tarifas de importação de bens industriais, tendo o suporte da China, que até então se absteve da discussão. O embaixador chinês na OMC, Sun Zhenyu, declarou que Brasil e China têm muito a cooperar. O Itamaraty por sua vez, sustenta a necessidade de se manter o foco das negociações na abertura agrícola. Acredita-se que o alinhamento da China em torno da proposta brasileira teria como propósito vantagens para o próprio governo chinês, entre elas a menor abertura de seu mercado agrícola e vantagens junto à OMC. De acordo com representantes do Ministério das Relações Exteriores do Brasil em Genebra, após o ocorrido, Pascal Lamy, diretor-geral OMC, vem pressionando o governo brasileiro a posicionar-se sobre a conclusão da Rodada Doha. De acordo com o Itamaraty, tal proposta é mais uma tentativa de impor um acordo. A primeira, na avaliação dos brasileiros, ocorreu na conferência de Cancun, em 2003. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 27/07/2007; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 30/07/2007).

“Gasoduto do Sul” é suspenso

O presidente venezuelano, Hugo Chávez, anunciou a suspensão do projeto do “gasoduto do Sul”. Segundo Chávez, o projeto foi bloqueado por falta de vontade política e oposição dentro da própria América do Sul. O presidente venezuelano não citou quais seriam os oponentes da proposta. Membros do governo brasileiro, por sua vez, afirmaram que Chávez estaria obstando o desenvolvimento do projeto através, por exemplo, da omissão do volume das reservas de gás da Venezuela. No entanto, o Brasil trata o assunto com cautela, já que é um dos maiores financiadores e interessados do gasoduto. O projeto do gasoduto abrangeria 7 países, tendo início na Venezuela e passando por grande parte do território brasileiro, até terminar na Argentina (Folha de S. Paulo – Mundo – 28/07/2007; O Estado de S. Paulo – Internacional – 27/07/2007; O Globo – Economia – 30/07/2007).



Embaixador afirmou que Brasil recusará metas compulsórias de redução nas emissões de carbono

O embaixador Sérgio Serra, nomeado recentemente para cuidar de assuntos relacionados às mudanças climáticas, afirmou em entrevista que o Brasil se comprometerá com planos mais ambiciosos para reduzir a emissão de carbono. E disse que, ao nomeá-lo, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, desejava não um negociador, mas um interlocutor com outros órgãos do governo, com a sociedade civil e entidades internacionais. No entanto, de acordo com Serra, o país não admitirá metas compulsórias como as estabelecidas no Protocolo de Kyoto. E que o texto deste não deve ser alterado, pois é o melhor possível dentro de sua proposta. O embaixador afirmou que países desenvolvidos e em desenvolvimento não devem possuir cotas idênticas de redução, pois o desenvolvimento industrial dos países não foi uniforme. Serra reafirma a preocupação do governo brasileiro de que os países desenvolvidos possam envolver questões ambientais com negociações de acordos comerciais, o que poderia resultar na adoção de medidas protecionistas a produtos originários de países em desenvolvimento. (O Globo – Ciência – 29/07/2007).

Canadá pretende duplicar investimentos no Brasil

Michaëlle Jean, chefe de Estado do Canadá, esteve no Brasil em viagem oficial entre os dias 6 e 15 de julho. Durante sua passagem pelo país, Jean afirmou que seu país deseja estabelecer “parcerias e ligações ainda mais sólidas com os outros países do continente americano”, entre eles o Brasil, pois o Canadá considera o Brasil um parceiro econômico importante e pretende duplicar seu investimento no país até 2012. Jean também falou sobre o interesse do Canadá de desenvolver o intercâmbio entre os dois países em setores estratégicos como ciência e tecnologia. (Folha de S. Paulo – Mundo – 30/07/2007).

Governo italiano alertou turistas para crise aérea brasileira

O Ministério das Relações Exteriores da Itália que divulga em sua página na internet informações sobre a situação de diversos países, alerta para os atrasos e cancelamento de vôos em todo o território brasileiro, e recomenda aos turistas italianos que pretendem visitar o país que se informem com as companhias aéreas sobre a situação. O Ministério cita também a criminalidade que assola o país e o perigo da dengue. (O Estado de S. Paulo – Metrópole – 30/07/2007).

Governo afirma haver impedimentos à associação mexicana ao Mercosul

Depois de o presidente da Argentina, Néstor Kircher, convidar o presidente mexicano a ingressar no Mercosul, o Assessor para Assuntos Internacionais do



presidente brasileiro, Marco Aurélio Garcia, declarou que acha difícil que tal fato aconteça. As declarações de Garcia foram feitas ao jornal argentino *Clarín*, embasadas no ponto de vista que o bloco do qual o México faz parte com EUA e Canadá, o Nafta, impossibilita sua integração ao Mercosul. Segundo o assessor presidencial, os países que fazem parte do Mercosul teriam de aprovar as parcerias comerciais do México. (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 31/07/2007).

Ministério do Desenvolvimento revê meta de exportações

A meta de exportações para o ano de 2007 foi calculada em US\$ 155 bilhões pelo Ministério do Desenvolvimento. A meta anterior era de US\$ 152 bilhões. Armando Meziat, secretário de Comércio Exterior, afirmou que a razão da revisão ocorreu devido ao fato de que já no acumulado dos 12 meses encerrados em julho, as exportações haviam superado a primeira meta, atingindo US\$ 150,433 bilhões, maior valor da história. Produtos semi-faturados foram os que tiveram a maior alta, de 26,5%, totalizando US\$ 21.378 bilhões (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 01/08/07).